

O TURISMO, A EXCLUSÃO E A INCLUSÃO SOCIAL

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano¹

RESUMO

O artigo discute o turismo enquanto uma atividade capitalista, responsável pela inclusão e pela exclusão social. Defende que a exclusão pode ser diminuída através da adoção de estratégias de resistências populares, com movimentos solidários em torno de ações concretas que possibilitem a inclusão dos excluídos, a evolução humana, a participação efetiva de todos no mercado, no consumo, no lazer e no turismo.

Palavras-chave: Turismo. Inclusão. Exclusão

RESUMEN

El artículo discute el turismo mientras una actividad capitalista, también es responsable por la inclusión y por la exclusión social. Defiende que la exclusión puede ser proscrita través de la adopción de estrategias de resistencias populares, con movimientos solidarios en torno a acciones concretas que posibiliten la inclusión de los excluidos, la evolución humana, la participación efectiva de todos en el mercado, en el consumo, en el ocio y en el turismo.

Palabras-clave: Turismo. Inclusión. Exclusión.

INTRODUÇÃO

Torna-se cada vez mais evidente o processo simultâneo de inclusão/exclusão na nova configuração da economia mundial. Há um movimento excludente e includente em termos sociais que segue a lógica dialética, pondo em xeque as contradições e os limites do modelo de desenvolvimento. Este modelo possibilita a algumas pessoas e grupos terem acesso a bens e serviços essenciais e usufruírem os recursos oferecidos no mercado, essenciais à satisfação das necessidades ampliadas pelo consumo, o acesso à segurança, à justiça e à vida política, mas também nega a muitos outros essa oportunidade. No caso brasileiro, a maioria está excluída desse acesso, dessa participação e desse direito. Na óptica da produção dessa economia mundializada, ocorre uma expressiva concentração de capital e renda nas mãos de corporações transnacionais, com poucas empresas de grupos empresariais, com a exclusão da maioria dos produtores. A inclusão limitada a poucos ocasiona a exclusão exacerbada de muitos, e isto se dá de forma planejada e não naturalmente, como pensam alguns. Não é que seja natural haver pobres e ricos, incluídos e excluídos; é que o modelo de desenvolvimento foi planejado para concentrar riquezas, e ao fazê-lo, produz essa contradição, própria do sistema, que alimenta a vida econômica, social e política. Daí porque em qualquer dimensão da vida ela vai se reproduzir, seja no mundo do trabalho, no consumo ou na oportunidade de produzir e de usufruir o turismo.

A exclusão social tem se constituído um traço fundante da sociedade brasileira, enquanto espaço dominado pelos ditames desta economia globalizada, de um Estado-nação submisso a essa ordem e, portanto, controlador dos movimentos sociais. Historicamente, as primeiras exclusões evidenciaram-se na apropriação/inclusão dos habitantes das regiões metropolitanas, implicando a expropriação/exclusão das populações nativas, seguida de uma constante exploração da mão-de-obra, que se tornou um estigma do trabalho barato e submisso ao capital e à alo-

¹ Geógrafa, doutora pela UFS, leciona Geografia e Turismo da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: luzianeide@hotmail.com

cação dos recursos públicos em benefício dos grupos sociais com poder político e econômico hegemônico. O processo de produção e distribuição continuado na exacerbada apropriação da mais-valia determinou elevados níveis de exclusão social e segregação espacial acentuando as contradições.

Conforme Sposati (1998, p. 2) existe uma “cultura patrimonial predominante no Brasil, que divide a sociedade entre proprietários e não proprietários, ou seja, entre elite e plebe”. Os serviços sociais públicos são para uma classe de miseráveis, incapazes de obter o desejado acesso a um serviço pago ou de mercado, isto é, a cultura patrimonial não se fundamenta nos princípios universais de cidadania. Para a pesquisadora, a inclusão dos que menos têm é “circunstancial, casuística, meritocrática e seletiva”. Nega os direitos sociais para fazer sobressair as concessões públicas e filantrópicas, omitindo a responsabilidade estatal. Trata-se de uma forma “truncada” ou “escolhida a dedo” da inclusão social.

O Estado de Bem-Estar desejado é colocado como sem condições de assegurar a todos os direitos sociais, sob orientação da política neoliberal. É diminuído em sua ação social, embora persistam exigências capitalistas, mesmo dos excluídos que cobram e desejam que o Estado volte a assumir suas responsabilidades, que continue intervindo na economia de forma menos protecionista, sobrepondo-se às forças hegemônicas do mercado a fim de que possa fazer justiça social e reduzir as disparidades internas ao País e em cada lugar. Segundo Dupas (1999, p. 16), este é o contexto em que “surgiu a preocupação com o novo fenômeno que se convencionou chamar exclusão social”. Sposati (2000), reconhecendo que a lógica do modo de produção é determinante, defende o argumento de que não se pode afirmar que a exclusão social seja um fenômeno novo; o que se trata é de entender o porquê de sua forte presença nestas últimas décadas. O aprofundamento do processo de exclusão observado nas metrópoles brasileiras acentuou as contradições sociais e as disparidades locais e regionais.

Para Santos (2000 p. 99), “regiões e lugares tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, o comércio e a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer o seu papel na elaboração do destino dos povos e do mundo” A partir desses espaços geográficos, pode-se também explicar o turismo e a exclusão/inclusão. A análise desta dinâmica sócio-espacial, entretanto, passa primeiro pela avaliação das implicações do uso de indicadores como, por exemplo, o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e o Índice de Exclusão Social – IES, além de maior sensibilidade (o que comumente a ciência deixa de lado).

A exclusão assume as mais variadas formas; contudo, a perda do direito à segurança alimentar é a mais extrema e cruel das exclusões, e vem sempre acrescida das demais exclusões: da saúde, da educação, da habitação, da cultura, do meio ambiente, do lazer e do turismo. Estar excluído do turismo pode até ser opcional, afinal o turismo é um bem supérfluo, não de primeira necessidade, mas ficar sem alimento, com fome, trata-se de uma exclusão inconcebível e inaceitável. A associação entre a pobreza, exclusão, turismo e Estado obriga a relacionar os efeitos da mundialização, das relações econômicas – nos mercados, no capital financeiro ou na repartição internacional do trabalho – das relações políticas e dos instrumentos de regulação que as materializam com os efeitos das forças das inércias que se ancoram no plano local, nos pequenos grupos, nas comunidades. Isso ajuda a entender quem são os incluídos e os excluídos e como ocorre esse processo tão contraditório.

Explicam os economistas que, da internacionalização da economia, passou-se à globalização, das multinacionais às transnacionais, da competição às fusões/aquisições, da concentração de estruturas verticalizadas, nas quais as várias etapas da produção de um bem eram executadas, à dispersão do processo de produção, da esteira fordista ao trabalho flexível. Assim, o mundo sem fronteiras e das empresas sem nacionalidades é dominado pelos oligopólios, pelo tecnoglobalismo, pelo mercado financeiro, pelo consumo, pelos *media* globais, o que “faz o modo de vida das sociedades de consumo ocidentais ser tomado como padrão apesar de não estar acessível a todos, nem nos países considerados ricos” (DUPAS, 1999, p. 17), aumentando o sentimento de exclusão. Assim, no modelo “global” estão incluídos poucos países industrializados, áreas mundiais articuladas com este bloco na produção, lugares que em 1980 já haviam ultrapassado o patamar do desenvolvimento industrial e alguns privilegiados trabalhadores de alto nível de conheci-

mento; e excluídos os outros países e os demais trabalhadores. Contudo, para estar incluído não implica apenas o alto nível de conhecimento, mas formas de acesso e articulação com o sistema.

O turismo enquanto espaço de valorização do capital também segue a regra de inclusão/exclusão, observando a lógica da concorrência oligopolista através das megaoperadoras dos fluxos do turismo internacional, com altos níveis de concentração e de integração vertical dos grandes conglomerados dos principais mercados emissores, criando barreiras para a sobrevivência e entrada de novas operadoras. Esses conglomerados dominam praticamente todos os escalões da cadeia produtiva do turismo internacional, desde as linhas aéreas, redes hoteleiras, operadoras, agências de viagens, empresas de transportes, sistemas globais de distribuição, cartões de crédito, marketing internacional, sistema de comunicação e portais para o comércio eletrônico.

Devido à grande capacidade de manejo e intervenção nesses diversos segmentos, essas megaoperadoras levam vantagens e conseguem manter cativos os consumidores e tirar as pequenas do mercado. Muitas vezes, quando as pequenas operadoras de destinos turísticos dos países pobres resistem a aceitar as condições contratuais das megaoperadoras recebem ameaças de “*de-racking*”, que consiste em retirar das estantes de suas agências os folhetos promocionais do destino turístico, o que significa anular este pólo receptor e lançar outro mais submisso ao mercado global. As pequenas operadoras de viagem e turismo, os pequenos empreendedores nos países ditos subdesenvolvidos, paraísos turístico, enfrentam muitas vezes um desleal comércio, devido às práticas anticompetitivas dos mercados turísticos globais, que incluem comissões ilegais, preços exorbitantes e diferentes formas de abuso dos agentes externos, pela posição dominante que ocupam, pela posse do capital, das técnicas e da capacitação profissional.

QUEM SÃO E ONDE ESTÃO OS EXCLUÍDOS?

Wolfe (1995 *apud* DUPAS, 1999, p. 17), ao analisar a exclusão, apresenta a seguinte metáfora: a sociedade está dividida em três grupos: os que têm cartão de crédito, os que não têm, mas gostariam de ter, e os que nunca ouviram falar em cartão de crédito. No primeiro grupo estão os permanentemente incluídos, os que podem consumir e conseqüentemente fazer turismo. Na segunda categoria estão os que não têm o cartão de ingresso, mas desejam tê-lo. Estão excluídos apesar de partilharem os valores da sociedade consumista, não conseguem o visto de entrada, mas sonham e aguardam fora da “pista”, em “arqui bancadas” cada vez mais concorridas, uma oportunidade. Por último estão os totalmente excluídos, que assistem ao percurso pela televisão; são os de exclusão efetiva. O sentimento de exclusão é mais presente no segundo grupo, mas a sensação de exclusão cresce a cada dia no dois últimos grupos. Assim, os impactos da exclusão estão nas pessoas e em todos os lugares, ainda que a exclusão efetiva e a sensação de exclusão no Brasil, no Nordeste, nos países periféricos sejam diferentes dos experimentados nos chamados países centrais. Uma exclusão leva à outra, e assim os excluídos do mundo do trabalho também ficam excluídos do mundo das viagens, do turismo.

No Relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT, acerca de Exclusão Social no Mercado de Trabalho no Ceará (SANTOS; HOLANDA; ARAÚJO, 1999), o termo exclusão compreende aqueles que se encontram desempregados há mais de um ano, os que não são qualificados profissionalmente para o trabalho e os migrantes. A partir dessas três categorias, passaram a ser considerados excluídos: os pobres, os “novos pobres”, os jovens de bairros afastados, os desempregados, os analfabetos, os anciãos pobres, os deficientes, os doentes mentais, os soropositivos e os doentes de AIDS. Nessas condições, como fazer parte da demanda turística?

Nesse sentido, a exclusão pode ser vista como aqueles que se encontram estigmatizados socialmente, e se poderia acrescentar muitos outros. A injustiça social é um dos fatores de exclusão, pois abarca aspectos mais amplos da pobreza. A exclusão é a própria negação da cidadania, ou seja, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. A alta incidência de concentração de renda e de desigualdade persiste em nosso País, convive com os efeitos perversos do desemprego estrutural, um agravante da questão atual no Brasil e faz crescer cada vez mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”. De outro modo, essa distância pode ser reduzida negativamente, pois aumentam os excluídos quando os antigos incluídos ficam ameaçados de

perder direitos adquiridos e passam para a ala dos excluídos, com o fenômeno de empobrecimento dos grupos intermediários, que perdem o poder aquisitivo pelo congelamento dos salários e reformas ditas sociais.

Conforme o “Mapa da Exclusão Social do Brasil”, o perfil da exclusão social pode ser visto por sete indicadores que compõem o Índice de Exclusão Social: pobreza, violência, escolaridade, alfabetização, desigualdade social, emprego formal e concentração de jovens. Considera ainda o índice de homicídio por 100 mil habitantes, que constitui a maior novidade do estudo.

No mapa das capitais, as regiões Norte e Nordeste permanecem com os maiores índices de exclusão social relativamente ao Sul, Sudeste e Centro Oeste do país. Em 42% das 5.507 cidades brasileiras, a maioria localizada no Norte e Nordeste, estão associados à exclusão social, 48% da população brasileira é excluída. Por outro lado, apenas os cidadãos residentes em 200 municípios (3,6% do total), representando 26% dos brasileiros, estão localizados em áreas que apresentam padrão de vida adequado (PEREIRA, 2003),

e que, portanto, podem usufruir o turismo, pois têm trabalho e renda para tanto. Em particular, a realidade do Nordeste ainda é mais dura,

pois 72% dos seus 2.290 municípios apresentam problemas de exclusão. Já a região Norte representa 13,9% desses municípios ou 318 lugares. Na região Sudeste são apenas 10,4% ou 239 municípios, no Centro Oeste resume-se a 2% ou 45 cidades e finalmente a região Sul, com 1,6% ou 36 das localidades em situação de exclusão. (Ibid.).

As regiões Norte e Nordeste, portanto, apresentam mais claramente o indicador da “velha” exclusão, ou seja, com ausência de escolaridade e baixa possibilidade de ocupação e de desfrutar o turismo, pois para realizá-lo há que existir tempo livre remunerado. As regiões Sul e Sudeste apresentam outro tipo de exclusão: o da violência e o da exclusão qualificada, pois tendo maior escolaridade, não possui emprego. Nos 5.507 municípios brasileiros, o estudo revelou que “a exclusão é mais aviltada em Jordão, no Acre; Guarajá, no Amazonas, e Belágua, no Maranhão. Ao contrário, estão melhor incluídos os residentes dos municípios de São Caetano do Sul e Águas de São Pedro, em São Paulo, e Florianópolis, em Santa Catarina.” (PEREIRA, 2003). Estes são justificadamente excelentes núcleos receptores de turismo, pois o lugar sendo “bom” para o residente é conseqüentemente “bom” para o turista.

Diante destes dados, pode-se afirmar que em todo o espaço brasileiro essas contradições marcadas pela presença de grandes riquezas e de grandes pobreza oferecem vulnerabilidade ao turismo, explicando a baixa demanda e a retração da demanda nos últimos anos. Se no Norte e Nordeste a pobreza afugenta os visitantes, no Sul e Sudeste o mapa da exclusão apresentou a violência como principal agravante, podendo-se deduzir ser ela também responsável pela baixa dos fluxos no turismo. Mas, se na perspectiva da demanda turística a exclusão é majoritária, como fica na ótica da produção dos serviços turísticos? Como são produzidos os serviços turísticos?

NOVAS CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS E O TURISMO DE INCLUSÃO

Compreender as formas de incluir e excluir e as relações de poder na produção do espaço turístico implica necessariamente compreender o espaço como algo socialmente produzido, que expressa as contradições do modo de produzir ou as contradições do espaço-mercadoria. Ele é a um só tempo o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os residentes. O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos, apresentando-os

como atrativos transformados em mercadorias. Assim, o espaço geográfico não é suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social. Mostra Santos (1979, p.18) que

o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

A partir dessa compreensão, o espaço físico em si passa a ser considerado a partir de sua organização e do sentido que lhe é dado. É um produto social, contém espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de forças e de poder. Espaço é assim a principal categoria da análise geográfica e nele está contida uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como: território, lugar, região e paisagem, dentre outras, ao passo que o território é “o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002, p. 63) visto como uma forma de relação de poder que remete à soberania, ao Estado-Nação e à fronteira; é o lugar, o espaço das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista. As lutas que antes pareciam apenas das classes sociais ampliam-se e chegam aos lugares. Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores, ocorrendo o que Santos (1999) denominou de “guerra dos lugares”. Os espaços vão sendo produzidos diferenciadamente, como forma de subsunção do capital.

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age des-territorializando e produzindo outras configurações geográficas. Assim é que regiões litorâneas originalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais, os chamados “povos do mar”, são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo. Nessa produção espacial, faz-se necessário considerar a luta dos diferentes atores locais, os incluídos e os excluídos; os nativos usuários do espaço litorâneo que tentam defender suas propriedades, ou bens de usos, contrapondo-se aos interesses dos empresários, dos agentes imobiliários e do próprio Estado, estes que se interessam pelo valor de troca do espaço, pois o transformaram em mercadoria.

Cabe ainda considerar a dupla dimensão do espaço – do conteúdo e da forma – como definiu Carlos (1999, p. 65), desfazendo vieses de vertente de única mão, pois o espaço não é “mero receptáculo”, como mostra Martins (1999, p.25), ou “palco”, nas ressalvas de Oliveira (1999, p. 202), mas produto, condição e meio das relações sociais. Ao se fazer meio ou objeto para atividade econômica ou demais práticas sociais, é também força produtiva, apropriada pelo capital para sua reprodução. Assim, “o espaço não se encontra excluído das relações de produção, como tampouco das relações de dominação consubstanciadas e expressas pelas relações de propriedade [...]” (MARTINS, 1999, p. 25).

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências. É justamente dessas contradições que emergem as relações de dominação e de poder na produção do espaço, que visa à acumulação capitalista. Carlos (1999, p.63) explica que “as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim efetivamente a sociedade produz o espaço [...]”. Cada local, região ou país tem formação própria, sua cultura, valores e costumes, e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade, quando inclui e exclui a um só tempo.

O turismo significa o lazer de viagem, portanto, um lazer especial e elitizado dirigido às pessoas e grupos que se mobilizam facilmente conforme as tendências dos fluxos nacionais e internacionais. As redes de serviços destinadas ao turismo, como a hoteleira, por exemplo, levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol,

mar, montanhas, clima), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus). A apropriação de espaços naturais constitui um fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade de um país receber turistas. As atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo (hotéis, *resorts*, restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão-de-obra e, portanto, este fator pode também ser considerado como vantagem local em países que combinem atrações naturais com mão de obra barata (CHESNAIS, 1996, p. 202). As grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede, utilizando o regime de franquia. As multinacionais permitem que os franqueadores, seus parceiros subalternos, suportem todo o risco dos investimentos locais e os imprevistos das flutuações da demanda, além dos numerosos problemas da administração cotidiana da força de trabalho mal remunerada e desqualificada, e por isso migrante, sendo esta a forma de conseguirem menores custos e o máximo de lucro, embora passando pelos problemas de rotatividade do trabalho e sazonalidade da produção.

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação ampliada, reforça os conflitos, às vezes com resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir a necessidade de defesa dos atores locais para manter as especificidades próprias da história dos lugares, do local e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local; daí as várias formas de resistências em relação ao turismo global. Martins (1999, p. 29) ressalta os motivos dos conflitos emanados do espaço como mercadoria, que

[...] se torna objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital e, portanto, tende a dominar a prática social. O que amplia o campo de tensões e conflitos, pois o que se encontra em questão é assegurar a produção e a reprodutibilidade das relações sociais de produção fundamentais e essenciais ao capitalismo através da produção do espaço.

Ainda na perspectiva de mercadoria, o valor de uso do espaço submeteu-se ao valor de troca, e assim contradições vão aparecendo. O espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos, para serem incluídos, obedecendo à lógica do capital. Ressalte-se o papel determinante do Estado burguês nesse processo, posicionando-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários. Há os que lutam pelo espaço, lugares e territórios e são favoráveis à troca e à acumulação capitalista, e aqueles que resistem com movimentos sociais urbanos e rurais, às vezes fazendo alianças ou contando com a solidariedade de outros grupos que passaram pelo mesmo processo de resistência à aniquilação, em permanentes conflitos. Nessa luta de interesses conflitivos, distingue-se facilmente a ocupação dos usuários e a dos usurários.

Para Oliveira (op.cit. p. 203), as resistências juntas e a capacidade de mudanças são medidas pelos usos e costumes para determinar a produção do espaço articulado entre o lugar, o nacional e o global. O capital, ao transformar o espaço em mercadoria, faz surgir novas atividades econômicas, como o ramo econômico das atividades do lazer e do turismo. O turismo provoca profunda mudança sócio-espacial, redefine as singularidades espaciais, além de reorientar os usos. Carlos (1999) reporta-se a Lefebvre a respeito da contradição entre a abundância relativa de produtos e as novas raridades, mostrando que o turismo e o lazer, ao provocarem essas mudanças, dão novos sentidos aos lugares, levando-os a usos intensivos, tornando-os escassos. A escassez vai tornar a mercadoria-espaço sujeita à especulação pelo valor de troca em detrimento do valor de uso, acirrando os conflitos e as lutas de classe, acionando as relações de poder para deter a propriedade (ou apropriação) desse fator de produção que virou uma mercadoria, ou um bem econômico. A raridade vai acontecer não apenas em termos produtivos, de locais propícios à atividade turística, mas porque vai concorrer com espaços e lugares de antigos usos, de moradia e comércio, por exemplo, ou mesmo com o lazer dos moradores do lugar. Diz Oliveira (1999, p. 191) que, no caso da transformação do tempo de ócio em negócio, entra em jogo o que Lefebvre

(1976) chama de emergência das novas raridades (a luz, o ar, o espaço e o tempo). O que antes era abundante torna-se raridade e entra no circuito das carências tão necessárias à economia política, por isso objeto de estratégias governamentais e privadas. Assim, o espaço passa a ser raridade, sobretudo, se acompanhado de atributos como “natural”, “verde”, “rural” e “conservado”.

No caso específico do Ceará, até meados do século XX, a sua região costeira não era valorizada em termos de espaço urbano para o turismo. Apenas as atividades portuárias e de pesca artesanal ocupavam esse espaço, além das ocupações de residências e de atividades socialmente marginalizadas, como a boemia, o artesanato e a cultura popular. Com a valorização do litoral e implantação de projetos financiados pelas agências financeiras internacionais e nacionais, a partir da década de 1970, esse espaço foi redirecionado para o turismo. Desde 1980, a população local disputa palmo a palmo o espaço construído e urbanizado para o turismo, com os seus espaços residenciais e para atividades econômicas, recreativas e esportivas. Entretanto, tudo isso passou e passa por intenso processo de luta, mediante relações de poder para redefinição desses espaços e territórios.

As populações moradoras nas áreas litorâneas sustentam uma luta de resistência para permanecer nesses lugares apesar do avanço da especulação imobiliária, tendo o Estado como indutor de investimentos e da infra-estrutura implantada. Várias foram as favelas desmontadas e retiradas das dunas e lugares para serem direcionadas ao turismo, ao lazer e à moradia das classes mais favorecidas, quando aquelas são expulsas para áreas periféricas da Grande Fortaleza. O movimento dos moradores de bairros e favelas foi testemunha de uma trajetória de deslocamentos compulsórios, seguidos de conflitos, às vezes armados e sangrentos, e as comunidades litorâneas cearenses também contam suas lutas com os especuladores imobiliários. A cada necessidade de modernização imposta pela reestruturação produtiva, sob influência do Estado, a orla marítima de Fortaleza, especialmente, e todo o litoral do Ceará passa por novos usos e apropriações.

Ao defender o turismo como atividade de forte impacto sobre sua economia e, portanto, na geração de riqueza, o Estado retira as populações historicamente assentadas nesses lugares, sob a desculpa de que tais lugares estão degradados e agredidos por ser ponto de prostitutas, vendedores e desocupados. A respeito dessas lutas mais recentes pela apropriação das áreas litorâneas de interesse turístico, Silva (2001, p. 37) posiciona-se criticamente quanto à desocupação de uma área nas imediações do Farol Novo, nas dunas da Praia do Futuro. Diz ele:

Se o Estado, através de medidas moralizantes, resolvesse buscar tudo o que é seu, teria que desocupar não só os lotes como este do Farol Novo, deveria reaver porções imensas de nossa cidade, especialmente no litoral. Os ocupantes são certamente, pessoas “ricas” e “respeitáveis”. Ninguém mexe com elas. A cidade tem uma oferta considerável de imóveis vagos. Os pobres, aliados desse mercado, insistem na ocupação nas dunas e várzeas de nossa cidade, lugares únicos de possibilidade de abrigo.

Os mais pobres criam opções de espaços de usos que cedem às forças de mercado, quando são compulsoriamente deslocados. Essa experiência em Fortaleza faz lembrar Lefebvre (1976 apud DUARTE, 1999 p.77), que mostrava duas possibilidades de ação pela manutenção de territórios:

A vida programada no e pelo espaço tende a reduzir os “usadores” à passividade e ao silêncio, salvo se eles se revoltam, sua revolta pode e deve levar à apresentação de contra-projetos, de contra-espaços, de reivindicações algumas vezes violentas [...]

A produção do espaço é determinada pelas relações sócio-espaciais e de poder. O direito à cidade e ao espaço reclamado pelo Filósofo francês, há pelo menos quatro décadas, continua sendo motivação para a luta de muitos no Ceará, e essas utopias só se concretizam quando essa parcela da população, mantendo relações de poder, faz valer seus direitos, para se impor diante

dos conflitos e contradições geradas pelo capitalismo em suas novas formas expressas nos artefatos modernos, dentre eles os do turismo.

Mostra Dupas (1999, p. 195) que essa dinâmica é alimentada pela força de suas contradições:

De um lado, força a concentração dos principais grupos empresariais, as gigantes empresas mundiais, de outro cria uma onda de fragmentação: terceirizações, franquias e informatizações, abrindo espaço para as pequenas e microempresas que alimentam a cadeia produtiva com custos mais baixos.

Ou seja, enquanto seleciona, reduz, qualifica e exclui do topo, das maiores fatias do mercado, mas inclui na base, trabalhadores com salários baixos e contratos flexíveis e informais, sendo especialmente neste setor onde se encontram o trabalho precário e a pobreza. Surgem, assim, as atividades de inclusão, dentre elas o turismo, o Turismo de Inclusão.

A cada dia, grupos alternativos começam a se organizar para a venda de novos produtos turísticos, de novos roteiros, dos mais variados produtos do consumo turístico, “nichos” deixados pelo capital global e, dessa forma, começam a participar desse mercado promissor. Alguns municípios, inúmeras comunidades, pequenas empresas encontram caminhos para se incluir nos roteiros turísticos e aproveitar artes, gastronomias, folclores, atrativos naturais e culturais, transformando o potencial em oferta. O turismo chegou aos morros, favelas, áreas indígenas, assentamentos dos sem-terra e às periferias. Os excluídos do turismo do topo, ou dos *resorts* inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptado às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema. Os chamados “farofeiros” (pessoas que fazem o lazer levando sua alimentação, à base da farinha de mandioca, comida típica do Nordeste do Brasil) conquistam os litorais.

Pequenos empreendedores de serviços turísticos nos países considerados subdesenvolvidos, nos pequenos lugares, enfrentam muitas vezes um comércio desleal em razão das práticas competitivas excludentes dos mercados turísticos globais e diferentes formas de abusos.

Essas práticas têm causado efeitos perniciosos aos destinos turísticos locais e negado a possibilidade de o turismo se realizar como opção de desenvolvimento sustentável. No entanto, em muitos núcleos receptores do País e do Ceará, pode-se encontrar experiências que fogem ao modelo de turismo globalizado, que privilegiam os lugares e, sobretudo, que têm como finalidade o desenvolvimento e a valorização das pessoas, das microeconomias, fazendo do turismo uma estratégia de combate à pobreza, uma forma de inclusão. Para isso as empresas locais constroem uma visão própria de turismo voltado aos seus interesses, a uma nova visão de desenvolvimento voltado à escala humana e ao local, ou seja, que mostre novos indicadores do desenvolvimento, como o ingresso de capital nos pequenos municípios, mais trabalho e empregos, inclusão dos excluídos, participação democrática, benefícios na economia local, alocação da infra-estrutura turística e de apoio ao turismo, sobretudo esta última, que é voltada ao residente, à conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Mesmo que as estratégias dos pequenos produtores tenham encontrado espaço para o turismo local no global, a exclusão precisa ser banida da sociedade pela manifestação da indignação de todos, o que implica a adoção de estratégias para além de conceitos acadêmicos, de resistências populares com movimentos solidários em torno de ações concretas que possibilitem a inclusão dos excluídos, a evolução humana, a participação efetiva de todos no mercado, no consumo e no lazer e turismo.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: ED Forense Universitária, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1994**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

- CARLOS, Ana F. Alexandre. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Orgs.) **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xanã, 1996.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo de inclusão**. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- _____. Educação e Turismo no Nordeste: Uma forma de rebate à crise. In: **Produção e dinâmica do espaço nordestino: da Moenda à Automação**. Crato: AGB, 1999.
- _____. **Do local ao global: O turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.
- DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DUARTE, Cláudio Roberto. Notas de pesquisa: das contradições do espaço ao espaço vivido em Henri Lefebvre. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, David. **Justiça social e cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IPEA. **Relatório sobre desenvolvimento humano**. IPEA, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- MORAES, A. C. Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto. Introduzindo o espaço do ócio. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PEREIRA, Liésio. **Conselho de Economia lança Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo, 22/1/2003 (Agência Brasil - ABr).
- PNUD. **Relatório sobre desenvolvimento humano**. Nações Unidas, 1995.
- SANTOS Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record 2000.
- SANTOS, João B. F; HOLANDA, F.U.X.; ARAÚJO, M.N.O. **Exclusão social no mercado de trabalho**. O caso do Ceará-Brasil. Chile: OIT, 1999.
- SILVA, J. Borzacchiello. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura e Desportos, 2001.
- SOJA, Edvard. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SPOSATI, Aldaíza (Coord.). **Mapa de exclusão/inclusão social de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
- _____. **Exclusão abaixo da linha do equador**. Palestra na PUC. 1998.

_____. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TEIXEIRA, J.S; OLIVEIRA, M. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UECE, 1996.

TEIXEIRA. Francisco José. **Pensando com Marx**. . São Paulo: Ensaio, 1995.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas na centralidade da periferia. In: DAMIANI, Amelia Luisa et al. (Orgs.) **O Espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.